

Caderno de Encargos

“Aquisição de Cadernos de Atividades”



Parte I

Cláusulas Gerais

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto do Concurso

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **"Aquisição de Cadernos de Atividades"** a atribuir a todos os alunos do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo.

Cláusula 2.ª

Prazo

O prazo de execução inicia-se com a data de comunicação da produção de efeitos e termina com a entrega definitiva dos bens, a qual deverá ocorrer integralmente até ao dia **09 de setembro de 2021**.

A entrega do bem deve ser realizada em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, tais como a garantia dos bens.

Cláusula 3.ª

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.



4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Preço base

O preço base para a aquisição é de **9.193,82 €** (nove mil cento e noventa e três euros e oitenta e dois cêntimos), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

Para os devidos efeitos foi realizada uma consulta preliminar à entidade à qual se formalizará o convite, solicitando uma estimativa de preço em conformidade com as especificações técnicas descritas no **Anexo V** (Especificações Técnicas) do presente caderno de encargos, ficando desde já assegurado o cumprimento dos princípios da transparência e não discriminação sobre os quais versa o artigo 35.º - A do CCP.

O valor apurado considera-se como limite máximo que o Município se dispõe a pagar pela aquisição dos bens.

Capítulo II

Obrigações das partes

Obrigações principais do adjudicatário

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário a execução das tarefas nos seguintes termos:

- a) O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato, de acordo com as especificações, requisitos técnicos e quantidades enunciadas em anexo (**Anexo V**) ao presente caderno de encargos;
- b) Assegurar os meios necessários para efetuar a entrega dos bens no local indicado pela entidade adjudicante e no prazo definido;
- c) Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;
- d) Proceder em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de



Encargos e da respetiva proposta;

- e) Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo relativo à entrega do bem identificado na sua proposta e que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
- f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Câmara Municipal;
- g) Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- h) Prestar de forma correta e fidedignas as informações referentes às condições em que são efetuados todos os trabalhos, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- i) O Município pode em qualquer momento exigir os documentos que ache necessários para a boa compreensão do processo de aquisição do bem;
- j) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens;
- k) Nomear um técnico que represente o adjudicatário em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante representada pelo gestor de contrato e o adjudicatário.

2 - A título acessório, adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento e instalação do bem, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.º

Entrega dos Bens Objeto do Contrato

1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em conformidade com o prazo proposto na proposta, sendo a data limite até ao dia **09 de setembro de 2021**;

2 - A entrega deverá corresponder às quantidades definidas nas especificações e requisitos técnicos enunciados na **Anexo V** do presente caderno de encargos;

2 - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário;

3 - Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos



documentos para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário;

4 – Os bens objeto do contrato deverão ser entregues em local a definir pela entidade adjudicante, competindo a esta prestar a devida informação em tempo útil.

Cláusula 7.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 8.ª

Seguros e encargos sociais

1 - O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução da aquisição objeto do presente contrato.

2 - O Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

Cláusula 9.ª

Conformidade e garantia técnica

O fornecedor do bem fica sujeito, com as devidas adaptações às exigências legais, aplicáveis aos contratos de aquisição de bens, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 10.ª

Dever de sigilo

1 - O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.



3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Obrigações do Município de Figueira de Castelo Rodrigo

Cláusula 12.ª

Preço contratual

1 - Pela aquisição do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo deve pagar ao fornecedor dos bens o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

1 - A quantia devida pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo das respetivas faturas as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas,



deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 14.ª

Inspeção qualitativa do bem

1 – No ato de entrega dos bens compete ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo proceder a inspeção qualitativa, aferindo da conformidade do mesmo de acordo com as especificações técnicas obrigatórias definidas no **Anexo V** do presente caderno de encargos.

2 – No caso de a verificação a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, no presente caderno de encargos, o Município deve disso informar, por escrito o adjudicatário.

3 – No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município às alterações, substituições e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos;

4 – Deverá ser observado o procedimento referido nos pontos anteriores até que não sejam detetadas quaisquer discrepâncias/divergências com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos.

Capítulo III

Penalizações contratuais

Cláusula 15.ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento do fornecimento em causa.

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode exigir-lhe uma pena pecuniária a determinar em função da gravidade da situação.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos



serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

5 - O Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que Município de Figueira de Castelo Rodrigo exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.ª

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao



incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 17.ª

Caução

Não é obrigatória a prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do Contraente Público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente as previstas no artigo 333º conjugado com o artigo 448º do CCP

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.

Cláusula 19.ª

Resolução por parte do cocontratante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato, no caso do contraente publico não cumprir com a sua parte do contrato.

2 - Para os devidos efeitos aplica-se o disposto nos artigos 332.º e 449.º do CCP.

Capítulo IV

Disposições Finais

Cláusula 20.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do círculo a que o Município pertence, com expressa renúncia a



qualquer outro.

Cláusula 21.º

Modificações ao contrato

São permitidas apenas modificações objetivas do contrato nos termos do disposto no artigo 312.º e 313.º do CCP.

Cláusula 22.º

Trabalhos Complementares

A existência de trabalhos complementares advém de situações imprevistas ou imprevisíveis competindo ao contraente público ordenar o cocontratante para a sua execução, aplicando-se para o efeito o disposto nos artigos 370.º a 375.º conjugado com o artigo 438.º do CCP.

Cláusula 23.º

Suspensão da execução do contrato

1 – Suspensão da execução do contrato por parte da entidade adjudicante

- a) A entidade adjudicante, em razão de circunstâncias excecionais, pode mandar suspender a execução do contrato de forma parcial ou total, nomeadamente, mas sem limitar, por não cumprimento, por parte do adjudicatário, dos termos e condições previstas no presente caderno de encargos, bem como na proposta adjudicada e demais requisitos exigidos por Lei;
- b) No caso referido no número anterior, o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes

2 – Suspensão da execução do contrato por acordo entre as partes

- a) No decorrer da execução do contrato as partes podem, através de acordo, suspender total ou parcialmente o fornecimento dos bens, em situações extraordinárias devidamente fundamentadas, que impossibilitem a continuidade da execução do contrato nos termos e condições inicialmente definidos.



Cláusula 24.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

Não é permitida a cessão da posição contratual e subcontratação durante a vigência do contrato.

Cláusula 25.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.ª

Deveres de Informação

1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28.ª

Casos Omissos

Os casos omissos resultantes deste Caderno de Encargos serão resolvidos, pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulamento na legislação portuguesa.



Cláusula 29.ª

Gestor do Contrato

O contraente público deve designar um ou mais gestores do contrato nos termos do artigo 290.º – A, com a função de acompanhar permanentemente a execução do respetivo contrato. A identificação do gestor do contrato constitui parte integrante do contrato a celebrar conforme disposto na alínea i) do artigo 96º do CCP.

Cláusula 30.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e pela Lei nº 30/2021 de 21 de maio e, subsidiariamente, a demais legislação aplicável.

Figueira de Castelo Rodrigo, 30 de agosto de 2021

O Presidente da Câmara,



Assinado de forma digital por
PAULO JOSÉ GOMES
LANGROUVA
Dados: 2021.08.31 15:46:17
+01'00'



Anexo V

Especificações Técnicas

(a que se refere o n.º 1 do artigo 49.º do CCP)

1 - No cumprimento do contrato, o adjudicatário deverá entregar os bens de acordo com as especificações técnicas descritas:

Isbn	Disciplina	Título	Autor	Nº de Livros
1.º ANO				
9789720113009	Português	Livro de Fichas/Fichas de Consolidação - TOP!	Nuno Barrigão	40
9789720123107	Estudo do Meio	Livro de Fichas/Fichas de Consolidação - TOP!	Nuno Barrigão	40
9789720132383	Matemática	Livro de Fichas/Fichas de Consolidação - TOP!	Nuno Barrigão	40
2.º ANO				
9789724754482	Português	Plim! - Português 2º Ano - Caderno de Fichas		39
9789724754543	Estudo do Meio	Plim! - Estudo do Meio 2º Ano - Caderno de Fichas		39
9789724754512	Matemática	Plim! - Matemática 2º Ano - Caderno de Fichas		39
3.º ANO				
9789896475826	Português	Livro de Fichas - Pasta Mágica - Português 3	Isabel Borges	37
9789896473822	Estudo do Meio	Livro de Fichas - Pasta Mágica - Estudo do Meio 3	Isabel Borges	37
9789896475840	Matemática	Livro de Fichas - Pasta Mágica - Matemática 3	Luísa Azevedo	37
9789893201251	Inglês	Start! Inglês - 3º Ano - Workbook		37
4.º ANO				
9789896474812	Português	Livro de Fichas - Pasta Mágica - Português 4 - 4º Ano	Isabel Borges	43
9789896474829	Estudo do Meio	Livro de Fichas - Pasta Mágica - Estudo do Meio - 4º Ano	Isabel Borges	43
9789893200988	Matemática	Mundo da Carochinha - Matemática 4º Ano - Fichas de Trabalho		43
9789893201473	Inglês	Start! Inglês - 4º Ano - My English Portofolio do Aluno		43



5.º ANO				
9789720200129	Português	Caderno de Atividades - Livro aberto - Português - 5.º Ano	Fernanda Costa	47
9789897671920	Inglês	Workbook - Btween 5 - Inglês - 5.º Ano	Maria Emília Gonçalves	47
9789720204202	História e Geografia de Portugal	Caderno das Perguntas/Revista "Brincar com coisas sérias" - História e Geografia de Portugal - 5.º Ano	Fátima Costa	47
9789720205483	Matemática	Caderno de Fichas/Máximo do Aluno - Máximo - Matemática - 5.º Ano		47
9789720206909	Ciências Naturais	Caderno do Aluno/Guia de Estudo - CienTIC 5 - Ciências Naturais - 5.º Ano	José Salsa	47
9789724753867	Educação Musical	Novo 100% Música - Educação Musical - 5º ano - Caderno de Atividades		47
6.º ANO				
9789720200204	Português	Caderno de Atividades - Livro aberto - Português - 6.º Ano	Fernanda Costa	35
9789720202345	Inglês	Workbook/Ace - Outstanding - Inglês - 6.º Ano	Vanessa Reis Esteves	35
9789720204226	História e Geografia de Portugal	Caderno das Perguntas/Revista "Brincar com coisas sérias" - História e Geografia de Portugal - 6.º Ano	Fátima Costa	35
9789897672132	Matemática	Caderno de Atividades - Novo MSI 6 - Matemática Sob Investigação - 6.º Ano	Alexandra Conceição	35
9789720206947	Ciências Naturais	Caderno do Aluno/Guia de Alimentação e Higiene - CienTIC 6 - Ciências Naturais - 6.º Ano	José Salsa	35
9789724754741	Educação Musical	Novo 100% Música - Educação Musical - 6º ano - Caderno de Atividades		35

